

PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL: UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINAL MAIS INFLUENTE DO BRASIL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POLICIA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

FIRST COMMAND OF THE CAPITAL: AN ANALYSIS OF THE CRIMINAL ORGANIZATION MORE INFLUENTIAL OF BRAZIL AND THE CHALLENGES FACED BY THE POLICE IN THE FIGHT AGAINST ORGANISED CRIME

LIMA, Johnathan Gomes ¹
DAS NEVES, Alex Jorge ²
VIEIRA, Andréa Dos Santos ³

RESUMO

O presente artigo buscou analisar através de pesquisas bibliográficas quais as dimensões alcançadas pelo Primeiro Comando da Capital no Brasil e em Goiás. Levou-se em conta para essa pesquisa, desde o surgimento de tal organização em 1993, até os dias correntes (2018), tendo como objetivo identificar as possíveis soluções para o combate de forma efetiva ao crime organizado, ficando constatados que a superlotação dos presídios e o tratamento desumanizado são fatores que contribuem de forma direta para expansão do crime organizado. Sendo, portanto, necessário reformar todo sistema penitenciário brasileiro, além de trabalhar de forma efetiva os processos de ressocialização pelo qual o indivíduo passa ao chegar a uma penitenciária.

¹ Aluno do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, johnathang.lima@gmail.com, Goiânia-GO, Maio de 2018

² Professor orientador: Mestre, professor do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, alex.j.neves@gmail.com, Goiânia-GO, Maio de 2018.

³ Professora Co-orientadora: Doutora, professora do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, andrea.vieira@yahoo.com.br, Goiânia-go, Maio de 2018

Palavras-chave: Crime organizado. Primeiro Comando da Capital. Sistema Penitenciário Brasileiro. Segurança Pública.

ABSTRACT

The present article sought to analyze, through bibliographical research, the dimensions reached by the First Command of the Capital in Brazil and in Goiás. It was taken into account for this research, from the outset of such organization in 1993 until the current days (2018), with the objective of identifying the possible solutions for effectively combating organized crime. It has been observed that the overcrowding of prisons and dehumanized treatment are factors that contribute directly to the expansion of organized crime. Therefore, it is necessary to reform all Brazilian penitentiary system, in addition to effectively working the processes of resocialization through which the individual passes upon arriving at a penitentiary.

Keywords: Organised Crime. First Command of the Capital. Brazilian penitentiary system. Public Safety.

1 INTRODUÇÃO

Desde sua fundação o Primeiro Comando da Capital, conhecido também pela sigla PCC tem se mostrado intenso e violento, porque sua intensidade está ligada a forma como seus membros se tornam leais aos seus líderes e a violência com que demonstram sua capacidade de comprometer a segurança em prol de suas filosofias de paz, algo bastante controverso se for analisar o conjunto de regras das quais o indivíduo deve-se submeter ao entrar na organização criminosa. O grupo que se iniciou através de um pequeno campeonato de futebol dentro da cadeia se tornou a maior organização criminosa do país e tem trazido problemas constantes tanto dentro dos presídios, como fora através do tráfico de drogas e armas, gerando consequências para a população que sofre com a falta de segurança que o tráfico impõe.

O Primeiro Comando da Capital teve seu início através de uma casa de custódia, mas hoje se estabeleceu enraizado e com forte influência na maioria ou se não todos os

presídios do Brasil, recrutando com afincos presos, com o único objetivo de sucumbir ao poder dentro e fora das cadeias. A facção inicialmente buscava unir os presos agindo contrariamente aos regimes impostos pelo cárcere, posteriormente se aprofundou no uso de estatutos para melhorar e direcionar seus membros com táticas de proteção dentro e fora da cadeia, por mais que seja falado da organização como sendo de âmbito penitenciário o PCC está diretamente ligado ao tráfico nas ruas, favelas, subúrbios, periferias e áreas nobres nas principais cidades do país. Sua principal fonte de lucro é o tráfico, mas a facção através do tráfico e das disputas por território se estrutura em banho de sangue através de homicídios, assaltos e tráfico de armas.

Seu desenvolvimento se deu e se dá pela lealdade imposta pela liderança da facção, que age com bastante truculência e abusos no recrutamento que é feito de maneira imediata ao que passo que o preso é inserido na cadeia, ele já deve ser “marcado” pela facção e deve lealdade a facção por tempo indeterminado.

As disputas om facções rivais acarretaram problemas dentro e fora do cárcere, em seu início o Primeiro Comando da Capital já havia promovido contendas e brigas que resultaram em mortes, logo é perceptível que desde que se organizou enquanto facção um de seus objetivos era dizimar seus inimigos dentro da casa de custódia e fora dela, gerando assim uma rixa imensurável com outras facções de mesmo gênero para obtenção de poder.

Como justificativa para esta pesquisa observou-se que nos dias de hoje é possível notar o poder exercido por essa facção em específico, estritamente em presídios de segurança máxima, casas de detenção e cadeias menores através de suas ramificações e hierarquia já disseminada entre os presos, que vivem a mercê da facção em nível cooperativo e de total obediência. Em Goiás, verificou-se que ele atua em 17 unidades prisionais do estado, a facção é responsável por várias rebeliões, segundo relatório da Superintendência de Inteligência Integrada:

(...) por meio da Gerência de Inteligência Estratégica, monitora e acompanha, em parceria com outras instituições, especialmente a Polícia Civil e a Superintendência Executiva de Administração Penitenciária, as facções

criminosas presentes e atuantes no estado de Goiás, sendo que hoje predomina em nosso estado o Primeiro Comando da Capital – PCC que conta, segundo levantamentos, com 577 (quinhentos e setenta e sete) faccionados presos e em liberdade em diversos municípios goianos. (UOL, 2018)

Tais índices são alarmantes e devem ser foco da Polícia Militar, pois apesar de seus esforços, para inviabilizar tais facções será necessário muito mais do que apenas o esforço da polícia ostensiva, haja vista que o estado de Goiás, por encontrar-se em uma localização estratégica, tem sofrido com aumento quantitativo de filiados ao PCC. Deste modo, destaca-se o questionamento: quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar no combate ao crime organizado liderado pelo Primeiro Comando da Capital?

O presente artigo tem como objetivos gerais investigar o surgimento da organização criminosa mais influente no Brasil, conhecer sua trajetória e poder de influência na sociedade brasileira, identificar como seus tentáculos estão presentes em todos os estados e analisar a efetividade do Estado no combate ao crime organizado. Como objetivo específico, este trabalho visa identificar as possíveis soluções para o combate de forma efetiva ao crime organizado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Primeiro Comando da Capital, também conhecido como PCC teve sua origem em São Paulo, em 1993, porém expandiu-se rapidamente para várias outras capitais do país, a origem do PCC se deu através da criação de um time de futebol para um torneio na Casa de Custódia de Taubaté, entre os fundadores estão José Marcio Felício, o Geleirão; Ademar dos Santos, o Dafé; António Carlos dos Santos, o Bicho Feio; António Carlos Roberto da Paixão, o Paixão; César Augusto Roriz da Silva, o Cesinha; Isaías Moreira do Nascimento, o Esquisito; Mizael Aparecido da Silva, o Miza; e Wander Eduardo Ferreira, o Cara Gorda.

O torneio acabou por acirrar a disputa por território entre os detentos, de acordo com Fernandes:

No decorrer dos jogos, a disputa esportiva perdeu o controle e deu azo a ameaças de parte a parte. Cada time voltava para beber o sangue da equipe adversária. O capitão do time do PCC era um assassino oriundo de uma favela de São Paulo, chamado José Márcio Felício, o “Geleião”, que havia sido criado na rua. Ao seu lado estava Cezar Augusto Roriz, o “Cezinha”, apesar de ter nascido em uma família de classe média, aos 12 anos já havia praticado seu primeiro homicídio. (2013, p. 99, apud LANGEWIESCHE, 2007)

Momentos antes do jogo começar, em 31 de agosto, Geleião matou um membro do time adversário, nesse momento, os membros do Primeiro Comando da Capital juraram lealdade, tornaram-se irmãos, não podendo haver traição entre eles. Ainda segundo Fernandes:

Os seguidores do PCC vivem pelas regras abaixo da pena de morte. Aqueles que formalmente se juntam ao PCC tornam-se irmãos pela vida. Eles são batizados com água e assinatura de um estatuto contendo 16 pontos que ainda serve como constituição do grupo. Os 16 pontos são uma declaração do grupo. “Ninguém pode parar nossa luta, porque a semente do Comando tem sido disseminada por todo sistema prisional do Estado, e nós também estamos nos estabelecendo do lado de fora...Nós vamos revolucionar o país de dentro das prisões e nosso forte exército será o Terror dos Poderosos. Para os iniciados, não há possibilidade de posteriormente sair. Eles têm que pagar mensalmente quotas e compartilhar seus lucros. Eles têm voz em reunião mensal, mas uma única decisão será tomada e eles têm que seguir as ordens. (2013, p. 100, apud LANGEWIESCHE, 2007)

Esse grupo tinha por objetivo representar os presos na Casa de Custódia, também vulgarmente conhecida por "masmorra" em virtude do tratamento severo ao qual os presos eram expostos. Tais fundadores desenvolveram um estatuto com intuito de criar um conjunto de normas para o melhor desenvolvimento da facção, esse estatuto foi publicado pela Folha de São Paulo, conforme verifica-se alguns trechos em destaque

- Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
- A Luta pela liberdade, justiça e paz
- A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
- O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
- O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".
- Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.
- A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração " anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes.
- Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
- O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002)

O tratamento desumano, as péssimas condições de vida em cárcere e humilhações diárias agiram como alimento para que uma revolta surgisse. O gatilho para a revolta da facção foi o massacre no Carandiru, onde 111 detentos foram mortos, após uma invasão policial, cujo intuito era a contenção de uma briga entre os internos. A superlotação teve papel importante, pois o presídio abrigava 7.257 detentos, muito acima de sua capacidade.

Em 18 de fevereiro de 2001, houve uma nova rebelião, também comanda pelo PCC, 29 penitenciárias foram envolvidas nessa rebelião, a maior até a data citada, os líderes do Primeiro comando organizaram o movimento ao motim usando aparelhos celulares, o motivo do levante era a transferência de alguns de seus líderes para penitenciárias no interior. Por ser dia de visitas, vários amigos e familiares de presos foram feitos de reféns. A rebelião mostrou ao país quão grande é a influência dessa facção criminosa e seu fim se deu após a entrada da Tropa de Choque da Polícia Militar nos presídios amotinados.

Após essa rebelião, o Primeiro Comando da Capital tornou-se a maior facção criminosa do Brasil e no ano de 2006 promoveu uma onda de ataques em São Paulo, deixando 564 mortos e 110 feridos entre os dias 12 e 21 de maio. Uma das principais motivações para esses ataques foi a transferência de 765 presos para a penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau, e dentre esses presos estava o até então líder do PCC, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola.

Em represália a essas ações o Primeiro Comando organizou rebeliões em 74 penitenciárias do estado de São Paulo, a facção ordenou também ataques fora das prisões, foram para as ruas, seus principais alvos eram policiais, delegacias, prédios públicos, de acordo com o relatório de impactos dos ataques do PCC, encomendado pela Conecta Direitos Humanos e realizado pela UERJ:

Até a tarde do dia 18, o balanço parcial divulgado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo foi de 293 ataques. Dentre eles, 82 ataques a ônibus; 56 a casas de policiais; 17 a bancos e caixas eletrônicos. De acordo com a mesma fonte, o saldo era de 41 agentes públicos mortos, 107 civis mortos em confronto, 38 agentes feridos e 16 civis feridos. Além disso, 124 pessoas teriam sido presas e 146 armas teriam sido apreendidas. (CONNECTA DIREITOS HUMANOS, p. 7, 2008)

Os ataques cessaram somente após um acordo realizado entre o governo de São Paulo e a facção criminosa, segundo delegado José Luiz Ramos Cavalcanti, em depoimento que investigava advogados ligados ao crime organizado. Nesse acordo, a facção exigiu falar com o líder, o Marcola, para que se confirmasse que o mesmo estava bem e não havia sofrido nenhum tipo de tortura por parte da Polícia ou presos envolvidos nas rebeliões. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo nega qualquer tipo de acordo, porém, em declarações dadas pelo delegado, algumas solicitações foram atendidas:

O delegado negou a proposta de qualquer acordo, mas disse que Marcola pediu que a polícia respeitasse o direito dos presos, o que lhe foi garantido pelo comando da PM. Cavalcanti ainda relatou que “supõe que o bloqueador de celular tenha sido desligado”, pois LH fez algumas tentativas antes de completar a ligação. Por fim, declarou que “no fim daquele dia e no dia seguinte os ataques definitivamente pararam”(ESTADÃO, 2015)

O PCC atua há mais de 24 anos, dentro de todos os presídios de São Paulo, e mais que isso, ele possui domínio em 90% das penitenciárias do Estado, segundo Ribeiro “o PCC tem sete mil integrantes apenas em São Paulo, onde surgiu, mas de 2014 para cá, cresceu em números assustadores: pulou de três mil para aproximadamente 16 mil integrantes e passou a ter ramificações em praticamente todo o território nacional.”(apud GAYA, 2014)

Organizações de crime organizado são responsáveis por execuções, roubo a bancos, sequestros, tráfico de drogas, rebeliões, lavagem de dinheiro, conforme afirma o procurador do Ministério Público de São Paulo, Mário Sérgio Christiano:

O PCC é hoje a organização criminosa que mais cresce no mundo. Seu crescimento agora vem determinado a partir de uma ligação, uma nova rota de cocaína que vem diretamente da Bolívia, atravessa o Paraguai e entra no Brasil para ser distribuída nos portos brasileiros para o exterior e também no mercado interno. É o primeiro cartel genuinamente brasileiro que passa a atrair as atenções não somente do Brasil, mas de outros países. Utilizam métodos sofisticados, utilizando-se da violência, de capital, patrocinando ou criando entidades supostamente com viés social e tentando politizar a questão do tráfico de drogas. São estratégias que estão muito além de confronto de rua da destruição de

depósitos ou prisão de traficantes. Estamos diante de organização que se diz ideológico e que se espalha de maneira sutil e eficiente. (2017)

O PCC tem também demonstrado grande interesse no cenário político, em 2014 o Ministério Público formalizou uma denúncia contra a organização tendo por base escutas, onde foi constatado que eles tinham interesse em uma maior aproximação de políticos. Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também afirma que após o fim do financiamento empresarial é possível que organizações criminosas passem a financiar candidatos

Certamente, teremos um número elevado de candidatos, porque as coligações estão mantidas, e aí entra a questão do financiamento. Eu temo muito pelo financiamento das eleições por organizações as mais diversas, inclusive as criminosas. Já temos casos de países em que o crime financia as eleições, como o México. No Rio, temos o problema do tráfico, das milícias, que é notório. Para colocarmos urnas nas favelas precisamos de blindados da Marinha. Portanto, a liberdade do voto está fortemente ameaçada. Em São Paulo, já se fala que o PCC elegeu vereadores na Câmara da capital. No Amazonas, a calha do (rio) Solimões vem sendo utilizada pelos traficantes e se diz que algumas prefeituras foram tomadas por eles. No Maranhão, nós acompanhamos a situação de agiotas financiando as eleições, com dinheiro que viria do PCC. Tudo isso é preocupante e não podemos querer que o quadro da política no Brasil, que já não é exemplar, se torne ainda pior. (MENDES, 2017)

Em Goiás, foi constatado que a organização já se encontra presente em 17 unidades prisionais, conforme verifica-se relatório de inteligência nº 194 da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária, o PCC é a facção criminosa com maior influência no Estado, tendo ao menos 577 membros em 42 cidades de Goiás.

O Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital estão em disputa pelo tráfico de drogas em Goiânia, de acordo com o jornal O Popular “[...] a guerra entre as facções responde por 34,3% dos assassinatos na capital, considerando que até junho foram registradas 259 mortes.”(2017). Conforme essa publicação, a ALA B da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG) é controlada pelo Comando Vermelho, a ALA C, deste mesmo local encontra-se sob influência do PCC.

No dia 01 de janeiro de 2018, os presos da Colônia Agroindustrial do Regime Semiaberto da Casa de Prisão Provisória (CPP), rebelaram-se, segundo a Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária, a rebelião teve início após presos das alas A e B, que são comandadas pelo PCC, invadirem a ala D, cujo comando está sob as mãos do Comando Vermelho. Os presidiários incendiaram o local, 9 pessoas foram mortas, 14 feridas e cerca de 242 presos fugiram do local. Até a redação deste projeto, 70 presos ainda se encontravam foragidos.

Constata-se aqui, que o problema não é apenas da segurança pública, mas também é um problema político e social, uma vez que o PCC é uma organização que opera de dentro para fora dos presídios, apenas o cárcere mostrou-se ineficaz, haja vista que o poder de influência da facção tem se expandido através dos anos.

Visando combater o crime organizado, o Ministério da Justiça criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania no ano de 2007, dentre seus objetivos destacam-se “a formação e a valorização dos profissionais de segurança Pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial, e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência” (INESC, 2006,). Entretanto, o programa não surtiu o efeito esperado:

Apesar da sua concepção inovadora, o Pronasci se mostra insuficiente para enfrentar o quadro complexo da violência instalada no País. Isto porque sua concepção inicial, traduzida na lei que o criou, foi abandonada ao se projetar as ações e os projetos que deveriam colocar em prática as ideias concebidas. Além disso, os constantes problemas de gestão, principalmente de articulação entre os órgãos envolvidos no Programa, impediram que houvesse uma execução orçamentária pelo menos razoável do que foi programado. (Toledo apud INESC, 2006,)

O ex-Secretário Nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares apud Bombig e Correa apud Toledo afirma que uma das formas de combate ao crime organizado de maneira mais pontual seria a unificação das polícias militares e civis

[...] entre outras coisas, a unificação das polícias estaduais representaria uma redução de custos que poderia aumentar o investimento em

treinamento e salários dos policiais. Independentemente da proposta, Polícia Militar e Civil precisam concentrar-se em seu objetivo único, o combate ao crime. (2012)

Ressalta-se ainda que deve ocorrer reestruturação do sistema penitenciário brasileiro, apenas apreender o indivíduo não resolve o problema, as superlotações dos presídios facilitam que o serviço do PCC, uma vez que o movimento teve início dentro de uma penitenciária e continua recrutando novos presos

[...] os crimes de menor potencial ofensivo devem ser punidos com medidas sócias educativas, já incluídas no Código Penal, mas dependem de uma organização das Varas de Execução Criminais. Outra ideia seria de construção de cadeias menores com no máximo 150 vagas. As superlotações dos presídios brasileiros favorecem ao crime organizado, pois a entrada de objetos proibidos tais como celulares entram com mais facilidade. (Hebert Carneiro apud Bombig e Correa apud Toledo, 2012)

Para Mingardi (2007), um dos trabalhos mais importantes no combate ao crime organizado é o da inteligência criminal, que vai muito além de acumular informações e que passa por um fragmentado de fases chega-se ao resultado final, e através do trabalho realizado pela inteligência que se obtém meios de prevenção e repressão às organizações criminosas:

A primeira fase é a coleta do informe, ou dado bruto. A segunda é a análise do material, separando o joio do trigo e agregando dados pertinentes, o que, aos poucos, vai transformando o dado bruto em informação. A partir da informação, ou de um conjunto delas, o analista entra na terceira fase, a síntese, e produz uma apreciação, que já é uma forma de conhecimento. A quarta e última fase é a da estimativa, elaborada a partir de um conhecimento consolidado. (MINGARDI, p. 524,2007).

Deste modo, ainda segundo o autor, que fazem parte da inteligência criminal instituições formadas pelas policcias, “Ministério Público, o Exército, as Guardas Municipais” (MINGARDI, p. 52,2007). Para Mingardi, a inteligência criminal pode ser utilizada no combate a organizações criminosas atuando em áreas diversas como tráfico de

drogas, roubos e furtos de veículos, e que é possível utilizar quatro aplicações para o uso de informações fornecidas pela inteligência:

1. Prever tendências – identificar os próximos desdobramentos do crime, ou seja, para onde ele vai migrar, qual o tipo de crime que será a próxima moda etc.
2. Identificar as lideranças e os elementos-chave das organizações criminosas.
3. Monitorar a movimentação cotidiana da organização para identificar sua rotina.
4. Identificar pontos fracos e informantes em potencial. (MINGARDI, p. 55. 2007)

Os esforços da polícia são incansáveis, mas para de combater tais facções é necessário muito mais do que apenas o esforço da polícia ostensiva, é necessário que haja comprometimento por parte do Estado em convergência com instituições que trabalham em sincretismo com a inteligência para que se desmembre o crime organizado em seus pontos raízes, que ocorre em penitenciária.

Portanto, mesmo com todos os órgãos trabalhando de forma conjunta, o processo não será efetivo enquanto não houver investimento no sistema prisional, faz-se necessário construir maiores e melhores presídios para evitar a aglomeração de presos, trabalhar métodos de ressocialização entre os detentos, caso contrário, será como uma Hidra, pois ao cortar uma cabeça, duas novas cresceram no lugar.

3 METODOLOGIA

O presente artigo científico buscou analisar quais as dimensões alcançadas pelo Primeiro Comando da Capital no Brasil e em Goiás, haja vista que em virtude do estado ficar localizado na região central do país, isso tem despertado grande interesse de organizações criminosas, resultando em várias rebeliões e assassinatos em nome das mesmas.

Levou-se em conta para essa pesquisa, desde o surgimento de tal organização em 1993, até os dias correntes (2018), estando pautada através de uma pesquisa teórica a partir de artigos publicados, dados divulgados a partir dos fóruns de segurança pública ocorridos anualmente, livros, e também, matérias em jornais onde foram apontadas participações em atos de violência promovidos pelo PCC.

A pesquisa de caráter explicativo, uma vez que visa compreender e as causas e efeitos que levaram o Primeiro Comando da Capital ao status de maior facção criminosa presente no Brasil. Tem como objetivos gerais investigar o surgimento da organização criminosa mais influente no Brasil, conhecer sua trajetória e poder de influência na sociedade brasileira, identificar como seus tentáculos estão presentes em todos os estados e analisar a efetividade do Estado no combate ao crime organizado. Como objetivo específico, este trabalho visa identificar as possíveis soluções para o combate de forma efetiva ao crime organizado.

Neste contexto, através do amplo material pesquisado, buscou-se elucidar acerca da importância da inteligência desenvolvida através da Polícia Militar em congruência com a Polícia Civil, haja vista que, por se tratar de um grupo extremamente influente, embates físicos em o cárcere não mostraram eficazes, faz-se necessário buscar outros meios para que tais atividades criminosas sejam coibidas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Conforme exposto no capítulo anterior, no que tange a literatura, o Primeiro Comando da Capital apresenta-se em grande expansão, o Estado tem mostrado tentativas de controlar e conter o crime, o trabalho da Inteligência Policial, segundo Mingardi (2007) mostra-se de grande relevância ao traçar metas para reprimir ações dessas organizações criminosas. Entretanto, o PCC teve sua origem dentro das penitenciárias, portanto, deve ser também combatida suas causas raízes.

Apenas prender determinado criminoso, não torna o trabalho das policias eficaz, pois ao prendê-lo, ele será encaminhado a uma penitenciaria, comandada por organizações criminosas, onde será cooptado pelo crime novamente, passando a pertencer a uma organização como o PCC.

Assim sendo, quando a polícia prende determinado indivíduo no intuito de que ele se afaste da sociedade e não a cause mais dano, ela o joga em um lugar superlotado, com o tratamento mais desumano possível, roubando toda sua dignidade, sanidade, e quaisquer sentimentos que o tornem humanos, tira-os tudo e os entregam nas mãos de organizações criminosas. A partir do momento em que a polícia entrega o caso ao judiciário e o indivíduo tem seu julgamento concluído a responsabilidade por ele é do Estado, que deixa a desejar no exercício de suas funções, segundo Rocha:

O Estado de Direito, é, portanto, responsável pelo criminoso. Como já se disse, deve transformá-lo num indivíduo capaz de viver em sociedade, de respeitar os ordenamentos e os outros indivíduos. Por causa disso, o direito de punir, que outrora em grande parte liquidava o criminoso, converte-se numa instituição que ao mesmo tempo em que pune, também cuida. Desse modo, tem-se no sistema penitenciário contemporâneo a materialização do direito de punir. Em outras palavras: é nos presídios, penitenciários e cadeias que se observa o resultado da pena, que são indivíduos presos por terem afrontado o uso da força do Estado e descumprindo o ordenamento jurídico-social. (ROCHA, 2006, p. 44)

Quando o Estado falha em sua missão, o trabalho das policias tornam-se inúteis, haja vista que apenas a apreensão não resolve o problema da criminalidade, pois, o aprisionamento em massa, sem nenhuma estratégia de ressocialização, tende a fortalecer o crescimento de organizações como o Primeiro Comando da Capital e sistematiza-la. Conforme destacado Welle (2017) citando o cientista político e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Bruno Paes Manso:

[...]o Brasil vive o paradoxo de apostar no aprisionamento em massa como forma de controlar o crime enquanto as prisões superlotadas fortalecem cada vez mais os "exércitos das gangues prisionais". "Os complexos penitenciários do Brasil servem hoje como um *networking*, uma faculdade do crime"

Logo, o indivíduo entra em uma penitenciária por não ter sido capaz de seguir as condutas éticas e morais impostas por determinada sociedade e sai da penitenciária, muito mais nocivo para sociedade, pois não recebe os cuidados necessários, e fica refém das regras que regem aqueles muros, segundo Almeida apud Welle (2017) "Quando o indivíduo é preso, ele entra em contato com um governo paralelo, o governo do crime. Vai ter de se submeter a ordens e comandos lá dentro".

O estado de Goiás tem feito avanços após as últimas rebeliões ocorridas na Colônia Agroindustrial do Regime Semiaberto da Casa de Prisão Provisória (CPP), onde verifica-se que os pivôs das rebeliões eram de facções criminosas pertencentes ao Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. Em 03 de janeiro de 2018, A assembleia Legislativa do Estado de Goiás aprovou lei de N° 19.962 que versa sobre a Administração Penitenciária.

A N° 19.962, dispõe da possibilidade de gestão compartilhada, penitenciárias que levem em consideração do índice de segurança e perfil do encarcerado, e também, a garantia de respeito à dignidade da pessoa humana, bem como incentivo a implantação de instituições como as APAC's, que possuem um dos métodos mais bem-sucedidos de ressocialização do país.

Portanto, é notável que os estados tomaram consciência de que apenas prender não é a solução, faz necessário que uma grande reforma prisional a nível nacional ocorra e que os processos de ressocialização sejam colocados em prática, para que o condenado possa ter a oportunidade de reintegrar-se a sociedade como parte dela, e que o Estado devolva esse indivíduo ressocializado para que ele possa voltar ao convívio social como um novo cidadão e não mais um soldado do crime organizado.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou uma análise mais aprofundada do que é o Primeiro Comando da Capital e dos riscos que essa organização representa ao não ser desestruturada.

Permitiu também levantar quais as possibilidades de combate ao crime organizado visando a redução de práticas criminais.

O que se percebe é que a partir do momento em que o indivíduo é inserido no meio prisional, vários são os fatores que o levam a integrar-se a uma facção criminosa, motivos que vão desde proteção, até mesmo coação dos próprios presos. Deste modo, o papel da inteligência é fundamental, para que inviabilizem ações do crime organizado que ocorrem fora dos presídios, entretanto, somente isso não é o suficiente.

Tendo em vista que a cooptação ou filiação desses indivíduos ocorre dentro do sistema prisional, faz-se necessário, portanto, uma reforma dentro do sistema, nesse sentido também, é importante ressocializar o indivíduo, de modo que filiar-se a organizações criminosas não venham a ser opções nesse contexto, haja vista que enquanto não houver uma movimentação nesse sentido, o trabalho das polícias fica engessado a apenas um ciclo, onde, a polícia prende, o indivíduo é encaminhado para uma penitenciária, torna-se filiado a determinada organização criminosa e ao adquirir sua liberdade, e reintegra-se a sociedade como mais um soldado do crime.

Conclui-se, portanto, que para que o crime organizado seja desestruturado, deve-se combatê-lo em seu habitat de origem, ou seja, dentro do sistema prisional, investindo em programas e métodos efetivos de ressocialização, inviabilizando qualquer possibilidade de recrutamento por parte dessas organizações nos presídios e penitenciárias brasileiras.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Eduardo de Oliveira. **Ações Terroristas do crime organizado**. Editora Livros. São Paulo. 2012

FOLHA ONLINE. **Estatuto do PCC prevê rebeliões integradas. 2011**. Texto digital. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml> acessado: 01/2018

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA. **Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006.** Texto digital. Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/AtaquesPCC_IgCano.pdf acessado: 01/2018

JORNAL DA MANHÃ. **“PCC é hoje a organização criminosa que mais cresce no mundo”, diz procurador do MP. 2017.** Texto digital. Disponível em: <http://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/pcc-e-hoje-a-organizacao-criminosa-que-mais-cresce-no-mundo-diz-procurador-do-mp.html> acessado 01/2018.

RIBEIRO, Jeferson. **Temo pelo financiamento das eleições por organizações criminosas’, diz Gilmar Mendes.** In: O Globo. 2017. Texto Digital. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/temo-pelo-financiamento-das-eleicoes-por-organizacoes-criminosas-diz-gilmar-mendes-21922460#ixzz56SgWeFE8> acessado: 01/2018

COSTA, Flávio. **Pivô de rebelião, PCC é a facção predominante em Goiás, aponta relatório de inteligência.** In: Uol Notícias. 2018. Texto digital. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/05/pcc-e-a-facciao-predominante-em-goias-aponta-relatorio-de-inteligencia.htm> acessado: 01/2018

CHRISTINO, Mário Sérgio; TOGNOLLI, Cláudio. **Laços de Sangue – A história secreta do PCC.** Editora Matrix. 2017

QUADROS, Vasconcellos. **Grampo revela que PCC tem pé na política.** In: O Último Segundo. 2014. Texto digital. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-07-18/grampo-revela-que-pcc-tem-um-pe-na-politica.html> acessado: 01/2018

HISAYASU, Alexandre. **Estado fez acordo com PCC para cessar ataques, diz depoimento.** In: Estadão. 2015. Texto digital. Disponível em:

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estado-fez-acordo-com-pcc-para-cessar-ataques-de-2006--mostra-depoimento,1732413> acessado: 01/2018

MINGARDI, Guaracy. **O trabalho da inteligência no controle do crime organizado.** In: Estudos Avançados. 2007. 51 - 69

TOLEDO, Daiane da Silva. **O crime organizado e as políticas públicas de prevenção e repressão.** In: Âmbito Jurídico. 2013. Texto digital. Disponível em:

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14679 acessado: 01/2018

SILVA, Francisco Policarpo Rocha da. **Meios de Repressão ao crime organizado no Brasil.** In: Boletim Jurídico. 2009. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2337> Acessado: 01/2018.

WELLE, Deuscthe. **Aprisionamento em massa fortalece facções criminosas.** In: Revista Fórum. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/aprisionamento-em-massa-fortalece-faccoes-criminosas>